

ANC

Jornal da tarde

A Constituinte

Os empresários estão (muito) preocupados

“O pessoal está preocupado demais com a Constituinte e se esquece do Brasil real, cheio de problemas. Nesse ritmo, se a nova Carta Magna for socializante como muitos pretendem, certamente a sociedade vai dividir o pouco que resta, quando o certo seria todos trabalharem e multiplicar nossas riquezas.” A declaração é de Hans Kittler, diretor da delegacia regional de São Bernardo do Campo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Hans Kittler critica especialmente os ministros da área econômica que, segundo afirma, não estão priorizando as questões que intranquilizam os setores produtivos da indústria e da agricultura: “A sociedade está desorganizada como um todo mas não se vê ninguém preocupado em acertar as coisas. Os juros estão explodindo, inibindo os investimentos, e nada se faz para estancar a hemorragia, nem acelerar o realinhamento de preços”.

O dirigente do Ciesp de São Bernardo não vê razão para a classe empresarial prever uma economia desenvolta e dinâmica: “Não temos por que ficar otimistas se a prática do dia-a-dia nos tem mostrado o inverso. Enquanto os ministros estão em Brasília, envolvidos pela Constituinte, nós estamos presenciando um verdadeiro estado de paralisia econômica, própria de um país exageradamente estatizado e que poderá ter aumentado o aniquilamento da livre iniciativa com a nova Constituição”.

Também o empresário Valdir Schick, diretor da Anapemei (Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas Industriais), revelou-se cético quanto aos resultados da Constituinte para a livre iniciativa: “A disputa entre socialismo e capitalismo vai polarizar os debates econômicos em Brasília, mas certamente os defensores do socialismo vão prevalecer, sim-

plemente porque essa bandeira dá mais Ibope e os nossos políticos não vão querer se indispor com o povo, mesmo que isso custe mais sacrifícios ainda”.

Gastos

Valdir Schick critica também os gastos que considera exagerados para a instalação da Constituinte: “As despesas precisam ser calculadas em dólares, diariamente, tanto é o dinheiro que estão gastando”. Lembrando que, como pequeno empresário, é o primeiro a chegar e o último a sair de sua fábrica, Valdir Schick traça um parâmetro entre as empresas privadas e as estatais brasileiras: “Se fosse dirigir a minha empresa como os políticos e os tecnocratas dirigem as estatais e os órgãos públicos, já teria ido à falência há muito tempo. Por isso, estatizar ainda mais a economia brasileira será um

passo que aprofundará ainda mais nossa dívida social”.

Já Cláudio Rubens, presidente da Anapemei, não faz parte do coro de empresários que vêem a estatização da economia como incorrigível e avassaladora. “As correntes capitalistas e socialistas vão transformar os debates da Constituinte. Eles serão bastante fortes, mas creio que teremos mais espaço para a livre empresa, com a diminuição gradual das estatais. Acredito nisso especialmente porque houve 60% de renovação nos quadros da Câmara Federal, cujo perfil é mais liberal, de pessoal de centro-direita. O engodo da estatização, desmascarado em diversos pontos do mundo e aqui no próprio Brasil, não tem mais como evoluir”.

Para Cláudio Rubens, a política de desenvolvimento econômico deve ganhar destaque nos debates, atribuindo ao mercado interno o que chama de

“grande alavanca do crescimento econômico”. Cláudio Rubens entende que os constituintes devem restringir o pagamento da dívida externa, limitando-o à geração de recursos: “Somente com uma política que fortaleça o mercado interno, através de investimentos em áreas diversas, poderemos resolver dois problemas de uma vez. Primeiro, nos preparar para exportar com mais qualidade, dada a competitividade que nos opõem países como a Coreia, Taiwan e outros do Terceiro Mundo, de realidade social-trabalhista diferente da nossa.

Segundo, consolidar um equilíbrio na balança de pagamentos que sirva como estímulo para o investimento de capital externo, sem precisarmos recorrer aos bancos estrangeiros, estancando o processo de desinvestimento que perdura há algum tempo”.

D.L.